

Contribuições das instituições comunitárias catarinenses de educação superior para o desenvolvimento humano

Contributions of Santa Catarina's community higher education institutions to human development

La contribución de las instituciones comunitarias de enseñanza superior de Santa Catarina al desarrollo humano

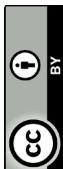
Gabriela Buffon¹

Mário César Barreto Moraes²

Recebido em: 16/01/2025; revisado e aprovado em: 28/07/2025; aceito em: 22/09/2025

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v26i2.4816>

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



Resumo: As instituições de educação superior possuem papéis importantes perante a sociedade, como gerar e transferir conhecimento e tecnologia, promover formação e qualificação profissional, estabelecer relações sociais com a comunidade na qual estão inseridas, entre outras diversas frentes de atuação. Esta pesquisa tem como objetivo verificar as contribuições, em um interstício de quinze anos, das instituições comunitárias de educação superior (Ices) para o desenvolvimento humano, nos municípios de Santa Catarina. Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa quantitativa, utilizando-se o método da análise de dados em painel, com recorte temporal entre os anos de 1995 a 2010. Os principais resultados ressaltam que as Ices de Santa Catarina contribuem para o desenvolvimento humano e regional no que compete à quantidade de matrículas e de vagas, para todos os indicadores (Renda, Educação, Longevidade e IDHM Geral), e à quantidade de docentes, para o indicador renda nos municípios catarinenses. Dessa forma, a pesquisa possibilitou concluir que a educação superior pode contribuir com diferentes intensidades, em contextos diversos, tanto para o desenvolvimento humano, quanto para o desenvolvimento regional.

Palavras-chaves: educação superior; instituição comunitária de educação superior; desenvolvimento humano; desenvolvimento regional.

Abstract: Higher education institutions play important roles in society, such as generating and transferring knowledge and technology, promoting professional training and qualification, establishing social relations with the community in which they operate, among other areas of activity. This research aims to verify the contributions, over a period of fifteen years, of community higher education institutions (ICES) to human development in the municipalities of Santa Catarina. To achieve the proposed objective, quantitative research was conducted using the panel data analysis method, with a time frame between 1995 and 2010. The main results highlight that ICES in Santa Catarina contribute to human and regional development in terms of the number of enrollments and the number of places for all indicators (Income, Education, Longevity, and General IDHM) and the number of teachers for the income indicator in the municipalities of Santa Catarina. Thus, the research concluded that higher education can contribute with varying degrees of intensity, in different contexts, to both human development and regional development.

Keywords: higher education; community higher education institution; human development; regional development.

Resumen: Las instituciones de educación superior desempeñan un papel importante en la sociedad, como generar y transferir conocimientos y tecnología, promover la formación y la cualificación profesional, establecer relaciones sociales con la comunidad en la que se insertan, entre otras diversas áreas de actuación. Esta investigación tiene como objetivo verificar las contribuciones, en un intervalo de quince años, de las instituciones comunitarias de educación superior (Ices) al desarrollo humano en los municipios de Santa Catarina. Para alcanzar el objetivo propuesto, se realizó una investigación cuantitativa, utilizando el método de análisis de datos en panel, con un corte temporal entre los años 1995 y 2010. Los principales resultados destacan que las ICES de Santa Catarina contribuyen al desarrollo humano y regional en lo que respecta al número de matriculaciones y plazas para todos los indicadores de renta, educación, longevidad e IDHM general, y al número de docentes, para el indicador de renta en los municipios de Santa Catarina. De este modo, la investigación permitió concluir que la educación superior puede contribuir con diferentes

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, Paraná, Brasil.

² Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

intensidades, en diversos contextos, tanto al desarrollo humano como al desarrollo regional.

Palabras clave: educación superior; institución de educación superior comunitaria; desarrollo humano; desarrollo regional.

1 INTRODUÇÃO

A educação superior, no seu contexto institucional, principalmente nas universidades, pauta-se no tripé ensino, pesquisa e extensão, que deve estar articulada e comprometida com a sociedade, potencializando melhorias na comunidade (Almeida, 2016). As instituições de educação superior (IES) possuem um papel-chave para o desenvolvimento regional, dada a sua importância na inovação, na geração de conhecimento, na promoção do crescimento econômico e na qualificação profissional.

As instituições que conseguem conciliar as demandas institucionais, nos seus projetos políticos pedagógicos, com diferentes atores e demandas locais, por meio do conhecimento sobre a região, são as que melhor possuem capacidade de se desenvolver na região (Bittencourt, 2016) e promover o desenvolvimento humano e regional.

Nesse contexto, as instituições comunitárias de educação superior (Ices) se destacam por prestar à comunidade local seus serviços educacionais, projetos comunitários, inovações tecnológicas, serviços na área da saúde, entre outros. A sua atuação merece ser destacada dada a importância para os municípios do interior dos estados, que, por muitas vezes, carecem desses serviços. Assim, as Ices demonstram assumir o papel de formadoras de lideranças regionais e coordenadoras dos processos de desenvolvimento regional (Bittencourt, 2016).

As Ices surgem por meio do esforço da comunidade regional na ascensão social, auxiliando o estado no fornecimento da educação superior. Assim, essas instituições foram pioneiras na democratização do acesso a este nível de ensino. Como as IES precisam enfrentar o desafio de não apenas estar na região, mas de pertencer à essa (Borba *et al.*, 2020), no contexto das Ices, esse desafio se multiplica.

O engajamento das Ices nas localidades em que estão inseridas pode ser observado pelas atividades que essas exercem na sociedade. As universidades são demarcadas pela sua atuação no ensino, na pesquisa e na extensão, sendo a forma mais incisiva de sua atuação. Nesse contexto, as Ices que se enquadram como instituições comunitárias desempenham um papel significativo na transmissão do conhecimento na região em que atuam (Paim, 2017). As suas ações podem ser consideradas agentes facilitadores para o desenvolvimento regional, principalmente quando atuam com interações com a comunidade à qual pertencem (Paim, 2017).

Portanto questiona-se: Quais as contribuições das Ices para o desenvolvimento humano nos municípios de Santa Catarina? Diante desse questionamento, o objetivo do artigo é verificar as contribuições, em um interstício de 15 anos, das instituições comunitárias de educação superior para o desenvolvimento humano, nos municípios de Santa Catarina.

Para melhor compreensão do artigo, este foi estruturado em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção apresenta a relevância da educação superior para o desenvolvimento regional e contextualiza a Ices de Santa Catarina. A segunda seção demonstra o método utilizado e apresenta análise de dados em painel. Posteriormente, a terceira seção descreve os principais resultados encontrados. Por fim, na última seção são apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre a educação como motor para o desenvolvimento é debatida sobre duas perspectivas. A primeira trata a educação como fonte para o aumento da produtividade no trabalho, atribuindo valor ao capital humano, como uma forma de atender aos interesses de uma classe dominante. A segunda perspectiva trata a educação como um gatilho social, com uma visão crítica da educação para a liberdade, independência do trabalho frente ao capital, com vista à melhoria da ascensão social da sociedade como um todo (Almeida, 2016). A liberdade individual é tratada pelo desenvolvimento humano na perspectiva de que as pessoas têm capacidades e oportunidades para escolherem o que desejam ser. Essa perspectiva do desenvolvimento versa para além do crescimento econômico, que vê a sociedade somente na busca de recursos financeiros ou pela renda que essa possa gerar. O desenvolvimento humano avança na discussão sobre a qualidade de vida da população, a qual inclui aspectos econômicos, mas procede para outros aspectos de saúde e educação (PNUD, 2023).

O conhecimento promovido pelas IES deve funcionar como um mecanismo de intercâmbio, e essas instituições devem ser compostas por pesquisadores acadêmicos, participantes da indústria e serviço, formuladores de políticas governamentais e educadores, para trazer soluções multifacetadas a questões tecnológicas, econômicas e sociais (Bramwell; Wolfe, 2008). Resumidamente, as IES podem impactar potencialmente no desenvolvimento em oito aspectos: a) criação do conhecimento; b) criação de capital humano; c) transferência de conhecimento existente; d) inovação tecnológica; e) investimento de capital; f) liderança regional; g) produção de infraestrutura de conhecimento; e h) influência no meio regional (Goldstein; Maier; Luger, 1995, apud Drucker; Goldstein, 2007).

As IES podem gerar efeitos econômicos regionais, impactando nos investimentos de infraestrutura, renda tributária, consumo, investimentos empresariais e vínculos universidade-empresa, formação de mão de obra e multiplicadores de emprego, apoio à inovação e à pesquisa, desenvolvimento de parques tecnológicos, migração de diplomados nos mercados regionais e elaboração de projetos com impactos no desenvolvimento urbano, esses com efeitos multiplicadores na economia, propiciando o crescimento econômico (Borba *et al.*, 2020).

Além de produzirem o crescimento econômico, os atores locais também têm o papel de atrair outras forças propulsoras de investimentos que incentivem o desenvolvimento da região, propiciando novas necessidades e empreendimentos vinculados ao setor produtivo (Borba *et al.*, 2020). Sumariamente, as IES podem ser responsáveis por melhorias nas infraestruturas científica, cultural, social e econômica locais (Diniz; Vieira, 2015). Além disso, atuam como fio condutor para o acesso do conhecimento internacional e das condutas globais (Bramwell; Wolfe, 2008). Estes ressaltam que o mais importante é que as IES não devem funcionar como “torres de marfim”, atuando isoladas da comunidade, mas devem ser também agentes comunitários, que apoiam a formação e o crescimento das redes de inovação, sendo como âncoras de criatividade para a região.

2.1 As instituições comunitárias de educação superior de Santa Catarina

O estado de Santa Catarina foi beneficiado pelo apoio da sociedade civil para construção das primeiras IES, caracterizadas por instituições comunitárias, sem fins lucrativos, as quais promoveram o fortalecimento da educação superior no interior do estado. Acreditava-se que

essas instituições promoveriam o desenvolvimento regional, reforçando a defesa das instalações dessas IES nos municípios catarinenses (Policarpo, 2017).

As Ices começaram a ser constituídas no final da década de 1950, tendo como objetivo a interiorização da educação superior em Santa Catarina. Suas atividades tiveram início por meio das fundações educacionais criadas pelos municípios, ou seja, com a presença do poder público local e das prefeituras municipais (Paim, 2017).

Na década de 1960, as Ices ganharam força, com características fundacionais municipais, tornando-se mais tarde, a maioria, universidades (Policarpo, 2017). Em 1964, as IES tinham o propósito de fornecer interiorização da oferta da educação superior e democratização de acesso a cursos superiores de formação profissional. Tinham ênfase na formação de quadros vocacionados para o atendimento das necessidades locais e a constituição de um corpo de professores capacitado. Buscavam também a instalação de uma infraestrutura de ensino qualificada e a disseminação, por todo o Estado, de equipamentos labororiais e de bibliotecas especializadas (Gumbowsky; Salomom, 2014).

Aguiar (2014) relata que a primeira fundação educacional a surgir no interior do estado catarinense foi a Fundação de Ensino do Polo Geoeducacional do Vale do Itajaí (Fepevi), com sede no município de Itajaí, em 1970, a partir da agregação de duas escolas superiores isoladas. Contudo, a educação superior em Itajaí iniciou suas atividades alguns anos antes da criação da Fepevi. Em 1962, surgiu a Sociedade Itajaiense de Ensino Superior (Sies), uma entidade de natureza privada, mas somente no ano de 1964 seu estatuto foi registrado em cartório e foram criadas as faculdades que a integram: Faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais do Vale do Itajaí e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Vale do Itajaí (Aguiar, 2014). A autora ressalta que essas instituições funcionavam na “clandestinidade”, pois não tinham autorização de funcionamento do Conselho Estadual de Educação (CEE). Somente em 22 de setembro de 1964 as faculdades foram oficializadas, consideradas estabelecimentos municipais de educação superior, por meio da Lei Municipal nº 599/1964 e do Decreto 48A (Aguiar, 2014).

No município de Blumenau, em 1967, foi criada a segunda instituição fundacional, a Fundação Educacional da Região de Blumenau, e seu surgimento também resultou na agregação de escolas superiores isoladas. Em 1953, já existia uma mobilização por parte da comunidade regional, da União Blumenauense de Estudantes, dos clubes de serviços e da câmara de vereadores do município, solicitando a implantação de instituições de educação superior (Aguiar, 2014). A mobilização dos blumenauenses resultou na criação da primeira unidade de educação superior no interior do estado, a Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau, em 5 de março de 1964, por meio da Lei Municipal nº 1.233 (Aguiar, 2014). A partir de 21 de março de 1995, a Lei Complementar Municipal nº 80 determinou que a universidade fosse considerada uma instituição de educação superior criada e mantida pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb), sua mantenedora. A Furb é considerada autônoma na estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, uma instituição de direito público, com autonomia didático-científica, de gestão financeira e patrimonial.

Na região sul de Santa Catarina, em 1967, surgiu a primeira fundação educacional dessa região, a Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (Fessc), sediada na cidade de Tubarão, pela Lei Municipal nº 443/67, de 18 de outubro de 1967, que substituiria o Instituto Municipal de Ensino Superior (Imes) (Aguiar, 2014). Em 25 de novembro de 1964, pela Lei Municipal nº 353, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas com o curso de Economia. Posteriormente, em

10 de dezembro de 1964, pela Lei Municipal nº 355, foi criado o Imes, uma autarquia municipal que manteria a Faculdade de Ciências Econômicas. Essa faculdade foi a primeira do interior do estado a ser reconhecida pelo governo federal (Aguiar, 2014).

Já no município de Criciúma foi instituída a Fundação Universitária de Criciúma, pela Lei Municipal nº 697, de 22 de junho de 1968, que teve seu nome alterado em 1974 para Fundação Educacional de Criciúma (Fucri). A primeira faculdade do município foi a Faculdade de Ciências da Educação de Criciúma (Faciecri) (Aguiar, 2014). Policarpo (2017) destaca que em uma década foram construídas 18 instituições de caráter fundacional.

A Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) foi então criada, em 1974, para promover uma expansão homogênea da educação superior catarinense. O setor fundacional, entre 1978 e 1980, deteve cerca de 70% do total de vagas oferecidas, enquanto a UFSC atendeu os 30% restantes. Dessa maneira, comprova-se a relevância das fundações para o estado (Policarpo, 2017), justificando a importância das suas criações. Conforme destacado por Policarpo (2017), na segunda metade da década de 1980, as instituições fundacionais evoluíram e se transformaram em universidades regionais e comunitárias.

Com relação à criação de novas instituições, em 1986, pela Portaria Ministerial nº 051/89, ocorre o reconhecimento da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), e pela Lei Municipal nº 2.515, de 19 de outubro de 1989, a Fepevi é transformada em Fundação Universidade do Vale Itajaí (Fuvali) (Aguiar, 2014). Naquele mesmo ano, a Fessc, de Tubarão, foi transformada em universidade, através da Portaria Ministerial nº 028, de 27 de janeiro de 1989, passando a ser denominada Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), cuja mantenedora passa a ser a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina. Na década de 1990, a Fucri, em Criciúma, foi reconhecida como universidade e passou a ser denominada como Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) (Aguiar, 2014).

As instituições fundacionais foram responsáveis pela maioria da oferta de vagas na educação superior, e com o auxílio da Acafe, por meio da sua força política, as IES privadas não se instalaram no estado, até a aprovação da LDBEN 9.394/1996, quando a lei se distancia do desenvolvimento e do aperfeiçoamento da educação superior e estimula que IES privadas assumam a educação superior no país (Gumbowsky, 2014). O autor ressalta que esse afastamento do estado na educação superior foi sentido já no início dos anos 2000 com a expansão das IES privadas em Santa Catarina. No contexto municipal, foram criados, em 2005, Centro Universitário Municipal de São José (USJ), e a Faculdade Municipal de Palhoça (FMP) (Gumbowsky, 2014).

Em 2008 o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung) e a Acafe começaram a manifestar sua posição em favor da formulação de um Marco Legal das Instituições Comunitárias, em que reconhecia essas como instituições com características distintas das privadas. Juntaram-se a essa manifestação, em 2009, a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc) e outras entidades representativas das universidades comunitárias brasileiras, como a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec) e a Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (Abiee) (Paim, 2017).

Em 2010, foi formulada a proposta oficial da Lei das Instituições Comunitárias, o Projeto de Lei nº 7.639/2010, conhecido como PL das Comunitárias. Em 2013, o projeto foi aprovado pelo Senado Nacional, sendo instituída a Lei das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Lei nº 12.881/2013). Cabe ressaltar que o texto aprovado foi formulado por entidades representativas das Ices (Paim, 2017). Assim, as instituições passaram a ter novas perspectivas de sustentabilidade

econômica e financeira, facilitando o cumprimento do seu papel para o desenvolvimento regional e o acesso a editais públicos de fomento para a pesquisa e extensão, até então exclusividade das universidades públicas.

Conforme ressalta Policarpo (2017), as instituições públicas existentes em Santa Catarina não atendiam toda a demanda, e um dos principais motivos era a distância dessas instituições em relação às cidades interioranas. As instituições comunitárias atuaram como uma “mola propulsora”, de acordo com Paim (2017), para o desenvolvimento regional, com aumento da qualidade de vida e desenvolvimento das regiões, por meio do atendimento e do despertar de novas vocações regionais (Gumbowsky; Salomon, 2014). Dessa forma, faz-se necessário a compreensão da educação superior como promotora do desenvolvimento regional.

3 METODOLOGIA

Modelos de análises longitudinais buscam compreender e estimar modelos para o estudo de fenômenos que sofrem influências das diferenças dos indivíduos e da evolução temporal (Fávero; Belfiore, 2017). Assim, a análise de dados em painel possibilita o pesquisador estimar modelos com a mesma unidade de corte transversal (ou seja, pessoas, empresas, municípios, estados e países, entre outros) acompanhado ao longo do tempo. Dessa forma, os dados em painel possuem uma dimensão espacial e outra temporal (Gujarati; Porter, 2011).

Para a realização da análise de regressão de dados em painel, é necessário realizar os métodos de estimação dos dados, sendo utilizados nesta pesquisa o modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para dados empilhados (pooled data), modelo de efeitos fixos e modelo de efeitos aleatórios.

Os procedimentos para a coleta de dados ocorreram por meio do levantamento de dados secundários quantitativos. Para tanto, os dados foram coletados em sites oficiais do governo federal, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Atlas do desenvolvimento do Brasil. O levantamento dos dados foi realizado de forma longitudinal, com interstício de 15 anos, entre os anos de 1995 a 2010.

As variáveis coletadas para a compreensão da contribuição da educação superior no desenvolvimento humano e regional foram: IDHM, quantidade de cursos de educação superior, quantidade de vagas, quantidade de alunos ingressantes, quantidade de alunos matriculados, quantidade de alunos concluintes, quantidade de docentes atuando na educação superior e a existência de IES no município (dummy).

A realização da regressão de dados em painel foi dividida em quatro modelos, com os indicadores do IDHM: geral, educação básica, renda e longevidade, cada regressão foi denominada de acordo com o nome do seu respectivo indicador. A análise foi composta por 293 municípios catarinenses, os quais foram analisados nos anos 1991, 2000 e 2010, totalizando 879 amostras estudadas.

4 RESULTADOS: CONTRIBUIÇÕES DAS ICES PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

A educação superior comunitária catarinense é constituída por universidades, centros universitários e faculdades. Assim, o objetivo dessa subseção é verificar a contribuição dessas instituições para o desenvolvimento humano municipal em Santa Catarina, através da regressão de dados em painel.

Para a realização desse método, primeiramente, foram realizados os cálculos com três estimadores, que são: *pooled*, efeitos fixos e efeitos aleatórios (Gujarati; Porter, 2011). Todos os modelos realizados são significativos, a 0,05%, para todos os estimadores analisados. Portanto, para definir qual é o estimador mais indicado para a análise, foi realizado o Teste F, o Teste do Multiplicador de Lagrange e o Teste de Hausman, conforme Gujarati e Porter (2011).

Dessa forma, os modelos das regressões de dados em painel “Geral”, “Educação” e “Renda” foram analisados através do estimador de efeitos aleatórios, sendo recomendado de acordo com o Teste do Multiplicador de Lagrange. O modelo “Longevidade” obteve o estimador mais recomendado para as análises, o *pooled*. Para verificar os pressupostos de heterocedasticidade e a autocorrelação, foram realizados ajustes para todos os modelos, utilizando a técnica de Newey-West. Na Tabela 1, estão demonstrados os resultados de erros padrões ajustados para todos os modelos.

Tabela 1 – Estimador Newey-West para as Ices de Santa Catarina

	IDHM Geral	IDHM Educação	IDHM Longevidade	IDHM Renda
	RE (vcovNW-1)	RE (vcovNW-2)	Pooled (vcovNW-3)	RE (vcovNW-4)
Quantidade de docentes	-0,0009 (0,003)	-0,004 (0,005)	-0,000 (0,002)	0,003 (0,002)*
Quantidade de cursos	0,004 (0,010)	0,008 (0,017)	0,001 (0,006)	0,005 (0,005)
Alunos concluintes	0,003 (0,004)	0,008 (0,006)	0,001 (0,002)	0,0006 (0,002)
Alunos matriculados	0,021 (0,005)***	0,031 (0,007)***	0,009 (0,003)**	0,0125 (0,003)***
Quantidade de vagas	-0,012 (0,006)**	-0,019 (0,010)**	-0,006 (0,003)*	-0,007 (0,003)**
Alunos ingressantes	0,006 (0,008)	0,009 (0,010)	0,002 (0,004)	0,003 (0,004)
Dummy	0,011 (0,015)	0,002 (0,022)	133,02 (0,013)	0,011 (0,010)
Constante	0,581 (0,005)***	0,410 (0,006)***	0,783 (0,009)***	0,639 (0,003)***
R ²	0,18053	0,18444	0,1536	0,18751
R ² ajustado	0,17394	0,17788	0,1468	0,18098
Estatística F	489,759	459,966	36,8505	453,84
p-valor	<2.22e-16	<2.22e-16	0,02667	<2.22e-16

Legenda: *p<0,1; ***p<0,01.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A tabela 1 contém informações pertinentes quanto às variáveis significativas para cada modelo. O modelo Geral possui seu poder explicativo (R² ajustado) de 17,39%, enquanto o modelo Educação possui seu R² de 17,78%, a Longevidade com o seu poder de explicação de 14,68% e o modelo Renda com R² ajustado de 18,09%. Todos os modelos apresentaram como variáveis significativas à quantidade de alunos matriculados, quantidade de docentes e quantidade de vagas. Para o modelo Renda a quantidade de docentes foi significativa. A quantidade de vagas

ofertadas também foi significativa para os modelos estudados, porém, foi uma variável com seu coeficiente negativo.

Os melhores IDHM de Santa Catarina se concentram nos municípios com Ices, como apresentado anteriormente. Para o IDHM Geral, os melhores indicadores foram para os municípios de Florianópolis, Balneário Camboriú, Joaçaba, Joinville e São José. Para o IDHM Educação, concentram-se novamente nos municípios Florianópolis, Balneário Camboriú e Joaçaba, para o ano de 2010. Com relação ao IDHM Longevidade ocorre uma mudança nos municípios, os quais se destacam Balneário Camboriú, Blumenau, Brusque, Rio do Sul e Joaçaba. O indicador Renda possui, novamente, os municípios Florianópolis e Balneário Camboriú. Destaca-se que entre as melhores colocações dos indicadores analisados, esse é o único que tem um município que não possui Ices ou qualquer instituição de educação superior, até 2010, que é o município de Rio Fortuna, cidade rural com destaque na economia para a produção leiteira, desde a produção até ao processamento da matéria-prima (Atlas Brasil, 2023; Governo de SC, 2023).

Ao analisar as variáveis significativas para as Ices, a quantidade de alunos matriculados contribui mais para o modelo Educação, seguido do IDHM Geral, da Renda e então da Longevidade. Mantendo todas as demais variáveis constantes, para cada 1% de aumento de aumento na quantidade de alunos matriculados, ocorre uma contribuição de 0,031 na Educação, 0,021 no Geral, 0,0125 na Renda e 0,009 na Longevidade.

Alunos matriculados nas IES promovem um crescimento na economia local, principalmente quando essas matrículas são de período integral (Leshukov; Evseyeva; Gromov; Latonova, 2017; Dyason; Rossouw; Kleynhans, 2019). A pesquisa de Ferreira (2019) demonstra que os alunos matriculados na educação superior contribuem para o PIB, porém, ao contrário do que foi encontrado nesta pesquisa, a autora encontrou resultado negativo no ganho médio dos trabalhadores.

Contrário ao resultado do estudo anterior, a pesquisa de Lilles e Rõigas (2017) relata que os estudantes, quando somente matriculados, não exercem contribuições para o desenvolvimento regional, pois a sua pesquisa retrata que essas só ocorrem depois que os alunos estiverem formados. O estudo de Hermannsson, Scandurra e Graziano (2019) sinaliza para os cuidados que as IES, representada pelos alunos matriculados em sua pesquisa, podem contribuir para concentração e crescimento acima da média onde as IES estão instaladas em regiões economicamente fortes. No entanto, em locais de recuperação econômica, as IES recentemente instaladas beneficiam as regiões, dada a sua inserção.

O Quadro 1 apresenta informações sobre as áreas de conhecimento e o número de alunos matriculados nas IES. Observa-se que, em 1995, as áreas com maior quantidade de matriculados eram Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Ciências Exatas e da Terra. Já no ano 2000, a maior concentração de matriculados foi nas áreas de Ciências Sociais, Negócios e Direito, Educação e Saúde e Bem-Estar Social.

Para o ano de 2010, as áreas que mais concentraram matriculados foram: Negócios, Administração e Direito; Engenharia, Produção e Construção; e Saúde e Bem-estar. Os cursos para as áreas de negócios e direito são os que possuem mais matriculados para os períodos analisados, enquanto os da área da saúde crescem para os dois últimos períodos analisados.

Quadro 1 – Áreas do conhecimento e quantidade de matrículas das Ices de Santa Catarina

Áreas do conhecimento	Total de matrículas	% de 1995	Áreas do conhecimento	Total de matrículas	% de 2000	Áreas do conhecimento	Total de matrículas	% de 2010
Ciências Agrárias	1.081	2,60%	Agricultura e Veterinária	1.646	1,86%	Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária	4.430	3,71%
Ciências Biológicas	361	0,87%	Humanidades e Artes	2.201	2,48%	Artes e Humanidades	5.085	4,26%
Ciências da Saúde	2.447	5,88%	Saúde e Bem-estar Social	7.734	8,72%	Saúde e Bem-estar	15.228	12,76%
Ciências Exatas e da Terra	3.869	9,30%	Ciências, Matemática e Computação	7.016	7,91%	Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	5.797	4,86%
Ciências Humanas	5.921	14,23%	Serviços	2.235	2,52%	Serviços	2.486	2,08%
Ciências Sociais Aplicadas	21.992	52,85%	Ciências Sociais, Negócios e Direito	40.349	45,49%	Negócios, Administração e Direito	48.306	40,46%
Engenharia/Tecnologia	3.201	7,69%	Engenharia, Produção e Construção	7.390	8,33%	Engenharia, Produção e Construção	16.038	13,43%
Linguística, Letras e Artes	2.744	6,59%	Educação	20.120	22,69%	Educação	14.466	12,12%
–	–	–	–	–	–	Ciências Naturais, matemática e Estatística	1.350	1,13%
–	–	–	–	–	–	Ciências Sociais, Comunicação e Informação	6.195	5,195%
Total	41.616	100%		88.691	100%		119.381	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Inep (1995, 2000 e 2010).

A variável quantidade de docente foi significativa para o modelo Renda. Para cada 1% de aumento da quantidade de docente, ocorrerá um aumento de 0,003 na Renda. O quadro 2 contém dados sobre a quantidade de docentes nas Ices.

Quadro 2 – Quantidade de docentes das Ices de Santa Catarina

Anos	1995	2000	2010
Docentes – Graduação	314	765	527
Docentes – Especialização	1.471	2.746	3.019
Docentes – Mestrado	640	2.019	4.149
Docente – Doutorado	145	457	2.947
Total	4.565	7.987	12.652

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Inep (1995, 2000 e 2010).

O Quadro 2 traz informações referentes à evolução na quantidade de docentes das Ices. Observa-se que somente a quantidade de docentes com graduação diminuiu em 2010, enquanto os docentes com maiores titulações cresceram em todos os anos. Isso se deve às exigências que as Ices e os órgãos regulamentadores têm feito aos docentes, demandando maior qualificação acadêmica.

O artigo de Bonander *et al.* (2016) ressalta que os docentes contribuem para o desenvolvimento regional, principalmente em IES mais antigas e com maior credibilidade. A pesquisa de Leshukov; Evseyeva; Gromov; Latonova, (2017) destaca que a renda dos docentes tende a afetar a renda média da região em que há IES. Pode-se atribuir essa característica, principalmente em municípios menores, aos elevados salários que os docentes recebem em comparação com os demais trabalhadores assalariados.

Porém, a variável quantidade de vagas apresentou contribuição negativa: para cada 1% de aumento nessa variável, há uma diminuição de 0,019 na Educação, 0,012 no IDHM Geral, 0,006 Longevidade e 0,007 na Renda. A quantidade de vagas por si só não contribui para o desenvolvimento humano e regional. É necessário que essas vagas façam sentido para a sociedade onde estão sendo oferecidas, que contribuam para a formação crítica do cidadão, por meio da efetivação das matrículas na educação superior. Conforme apresentado na discussão acima, as matrículas contribuem para educação, saúde e renda dos cidadãos. O Quadro 3 traz o histórico das vagas das Ices para Santa Catarina.

Quadro 3 – Áreas do conhecimento e quantidade de vagas das Ices de Santa Catarina

Áreas do conhecimento	Total de vagas	% de 1995	Áreas do conhecimento	Total de vagas	% de 2000	Áreas do conhecimento	Total de vagas	% de 2010
Ciências Agrárias	410	2,83%	Agricultura e Veterinária	1.895	2,22%	Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária	1.390	3,17%
Ciências Biológicas	140	0,97%	Humanidades e Artes	2.908	3,41%	Artes e Humanidades	2.326	5,31%
Ciências da Saúde	1.260	8,69%	Saúde e Bem-estar Social	8.504	9,97%	Saúde e Bem-estar	5.790	13,21%
Ciências Exatas e da Terra	1.700	11,73%	Ciências, Matemática e Computação	7.586	8,90%	Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	2.845	6,49%
Ciências Humanas	2.555	17,63%	Serviços	1.062	1,25%	Serviços	1.325	3,02%
Ciências Sociais Aplicadas	6.360	43,88%	Ciências Sociais, Negócios e Direito	30.736	36,05%	Negócios, Administração e Direito	14.311	32,65%
Engenharia/Tecnologia	685	4,73%	Engenharia, Produção e Construção	7.198	8,44%	Engenharia, Produção e Construção	5.676	12,95%
Linguística, Letras e Artes	1.385	9,56%	Educação	25.367	29,75%	Educação	6.858	15,64%
–		–	–		–	Ciências Naturais, matemática e Estatística	753	1,72%
–		–	–		–	Ciências Sociais, Comunicação e Informação	2.562	5,84%
Total	14.495	100%		85.256	100%		43.836	100%

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Inep (1995; 2000; 2010).

As áreas do conhecimento que mais ofertaram vagas, para o ano de 1995, foram: Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Ciências Exatas e da Terra. Esses resultados foram muito similares ao comparar com as IES de Santa Catarina, isso porque na década de 1990 a constituição da educação superior catarinense era formada pela maioria de instituições de educação superior comunitárias. Conforme o Inep (1995), outra instituição de educação superior com grande representatividade para esse período era a UFSC.

Para o ano de 2000, diferentemente do que foi observado nas IES catarinenses, no contexto das Ices há um destaque maior para a área de Saúde e Bem-Estar Social. Além disso, mantêm-se expressivas as ofertas de vagas nas áreas de Ciências Sociais, Negócios e Direito, bem como em Educação. Esse mesmo comportamento se repete em 2010, quando novamente se destacam as áreas de Negócios, Administração e Direito, Educação e Saúde e Bem-Estar Social.

Ressalta-se que, para o contexto das Ices, aumentar demasiadamente a oferta de vagas não proporciona o desenvolvimento humano e nem o regional. É necessário que essas instituições criem estratégias para a ampliação do número de matriculados. Os alunos matriculados podem auxiliar no aumento da produtividade média dos trabalhadores onde as instituições de educação superior estão localizadas, dado que esses tendem a arrumar empregos onde estão estudando (Andersson; Quigley; Williamson, 2004). Há uma relação positiva entre estudantes matriculados na educação superior com o PIB, validando a hipótese de que a taxa bruta de matrículas contribui para o desenvolvimento econômico (Tripathi; Bhatia, 2016; Akinwale, 2018; Chang; Chen; Xiong, 2018; Amin; Ntembe, 2020).

É importante ressaltar que a educação básica atrelada à educação superior é fundamental para o crescimento econômico (Kyophilavong; Ogawa, 2018; Maneejuk; Yamaka, 2021), pois geram efeitos de longo prazo na economia, auxiliando no aumento de capital humano, tecnologias e inovação (Kyophilavong; Ogawa, 2018). Contudo, a taxa de desemprego dos estudantes pode afetar o desempenho econômico, mas quanto mais o governo investe em estudantes de educação superior, maior é o crescimento econômico dos países (Maneejuk; Yamaka, 2021).

Portanto, ao analisar as Ices de Santa Catarina com base no IDHM dos municípios, é possível deduzir que essas instituições contribuem para o desenvolvimento humano e regional no que compete à quantidade de matrículas e vagas para todos os indicadores pesquisados e à quantidade de docentes para o indicador renda nos municípios catarinenses.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os últimos 60 anos de história da educação superior catarinense, essa se transformou profundamente. A oferta de educação superior, inicialmente exclusiva da capital, ampliou-se para o interior, chegando à massificação da educação proporcionada pela expansão da educação privada no estado, tornando o acesso à educação superior mais fácil. As instituições de educação superior passaram a estar, praticamente, em quase todos os municípios catarinenses, percebendo-se uma evolução que nasce com instituições públicas, migra para instituições comunitárias e se pulveriza em instituições privadas, ressaltando a presença das instituições comunitárias em todas as mesorregiões.

Foi possível concluir que as Ices contribuíram para o desenvolvimento humano em Santa Catarina nos 15 anos pesquisados, tendo destaque para a oferta de vagas, os alunos matriculados e a quantidade de docentes. Dessa forma, a pesquisa permitiu concluir que a educação pode

contribuir com intensidades diferentes, em contextos diversos, para o desenvolvimento humano e regional. É importante observar que a pesquisa cotejou quatro indicadores: educação, longevidade, renda e o IDHM geral.

No contexto da educação, longevidade e IDHM, as ICES contribuíram principalmente por meio do número de matriculados. No que se refere à renda, sua contribuição ocorre tanto pela quantidade de alunos matriculados quanto pelo número de docentes. Assim, conclui-se que as ICES colaboram de maneiras distintas para o desenvolvimento humano e regional. Depreende-se, portanto, que não há instituições que contribuam mais do que outras; ao atuarem de forma conjunta, elas criam condições para o desenvolvimento humano nos municípios e, consequentemente, para o desenvolvimento regional.

A principal limitação deste estudo está relacionada às falhas nas séries históricas dos dados, o que dificultou a análise, devido à indisponibilidade de informações completas, especialmente no que diz respeito ao IDHM ano a ano. Dessa forma, o processo de coleta precisou ser ajustado àquilo que estava disponível em acesso aberto.

No que se refere a sugestões de pesquisas futuras, os modelos propostos nesta pesquisa poderão ser aplicados em outros municípios e estados do Brasil. Analisando pela oferta das instituições, sugere-se que o escopo da pesquisa seja ampliado, que englobe variáveis por área de conhecimento, bolsas de pesquisa, quantidade de pesquisadores, patentes, análise sobre cursos de *stricto sensu*, notas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), entre outras. Salienta-se que, para esse tipo de análise temporal, a pesquisa provavelmente possuirá o seu interstício de tempo menor, dadas as limitações apresentadas anteriormente.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. C. A interiorização da educação superior no estado de Santa Catarina: a ideia de universidade como discurso de desenvolvimento. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 14, n. 55, p. 213–30, 2014.
- AKINWALE, Y. O. Towards the realisation of vision 2030 and beyond in Saudi Arabia: a causality analysis between education and economic growth. *Journal of Applied Economic Sciences*, [s.l.], v. 13, n. 4, p. 945–53, 2018.
- ALMEIDA, D. M. A. *Expansão universitária na Baixada Fluminense: educação e desenvolvimento (1998/2010)*. 2016. 155 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2016.
- AMIN, A. A.; NTEMBE, A. Sub-sahara Africa's higher education: financing, growth, and employment. *International Journal of Higher Education*, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 14–23, 2020.
- ANDERSSON, R.; QUIGLEY, J. M.; WILHELMSON, M. University decentralization as regional policy: the Swedish experiment. *Journal of Economic Geography*, [s.l.], v. 4, n. 4, p. 371–88, 2004.
- ATLAS BRASIL. Atlas de desenvolvimento humano no Brasil. Consultas. [s.l.], 2023. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- BITTENCOURT, S. L. J. *As Instituições Comunitárias de Ensino Superior do Rio Grande do Sul: análise de sua importância para o desenvolvimento socioeconômico regional*. 2016. 242 p. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BORBA, P. C. CASAGRANDE, J. L.; CHAVES, L. C; DUTRA, A. A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: um mapeamento do tema conforme as delimitações postas pelos pesquisadores. *Revista Gestão & Regionalidade*, [s.l.], v. 36, n. 109, p. 31-54, 2020.

BRAMWELL, A. WOLFE, D. A. Universities and regional economic development: the entrepreneurial University of Waterloo. *Research Policy*, [s.l.], v. 37, p. 1175–87, 2008.

CHANG, V.; CHEN, Y.; XIONG, C. Dynamic interaction between higher education and economic progress: a comparative analysis of BRICS countries. *Information Discovery and Delivery*, [s.l.], v. 46, n. 4, p. 225–38, 2018.

DINIZ, C. C.; VIEIRA, D. J. Ensino Superior e Desigualdades Regionais: notas sobre a experiência recente do Brasil. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 36, n. 129, p. 99–115, jul./dez. 2015.

DRUCKER, J.; GOLDSTEIN H. Assessing the Regional Economic Development Impacts of Universities: A Review of Current Approaches. *International Regional Science Review*, [s.l.], v. 30, n. 1, p. 20–46, 2007.

DYASON, D.; ROSSOUW, R.; KLEYNHANS, E. P. J. Economic impact assessment of a South African university campus: a case for promoting on-campus contact learning. *South African Journal of Economic and Management Sciences*, [s.l.], v. 22, n. 1, p. 2019.

FÁVERO, L. P. L.; BELFIORE, P. P. *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com excel, SPSS e stata*. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FERREIRA, E. C. C. *A importância das instituições de ensino superior no desenvolvimento regional em Portugal*. 2019. 270 p. Tese (Doutorado em Gestão) – Universidade de Évora, Évora, 2019.

GUJARATI, D. N. PORTER, D. C. *Basic Econometrics*. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

GUMBOWSKY, A. Instituições de ensino superior fundacionais do estado de Santa Catarina: compromissos com o desenvolvimento regional. *Revista Univap*, [s.l.], v. 20, n. 36, dez. 2014.

GUMBOWSKY, A.; SALOMON, M. A. Contribuições da educação superior para o Desenvolvimento local: análise da universidade do Contestado no município de canoinhas, santa catarina. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU,14., Florianópolis, Santa Catarina, 2014. *Anais* [...]. Florianópolis, 2014.

HERMANNSSON, K.; SCANDURRA, R.; GRAZIANO, M. Will the regional concentration of tertiary education persist? The case of Europe in a period of rising participation. *Regional Studies, Regional Science*, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 539–56, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA [INEP]. *Sinopse Estatística da Educação Superior*. [s.l.], 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA [INEP]. *Sinopse Estatística da Educação Superior*. [s.l.], 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA [INEP]. *Sinopse Estatística da Educação Superior*. [s.l.], 2010.

KYOPHILAVONG, P. OGAWA, K. Does education promote economic growth in lao PDR? Evidence from cointegration and granger causality approaches. *Journal of Developing Areas*, [s.l.], v. 52, n. 2, p. 1–11, 2018.

LESHUKOV, O. V.; YEVSEYeva, D. G; GROMOV, A. D.; LATONOVA, D. P.. Assessment of the Contribution of Regional Higher Education Systems to the Socio-Economic Development of the Russian Regions. *Russian*

Education & Society, [s.l.], v. 59, n. 1/2, p. 68–93, 2017.

LILLES, A.; RÖIGAS, K. How higher education institutions contribute to the growth in regions of Europe? *Studies in Higher Education*, [s.l.], v. 42, n. 1, p. 65–78, 2017.

MANEEJUK, P.; YAMAKA, W. The impact of higher education on economic growth in asean-5 countries. *Sustainability*, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 1–28, 2021.

PAIM, J. Q. *Contribuições das universidades comunitárias de Santa Catarina para o desenvolvimento regional na sociedade do conhecimento*. 2017. 159 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017.

POLICARPO, T. A. *Políticas públicas e inclusão social no ensino superior comunitário em Santa Catarina: a Universidade do Extremo Sul Catarinense no período desenvolvimentista (2005-2015)*. 2017. 105 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO [PNUD]. *PNUD no Brasil*. [s.l.], 2023.

TRIPATHI, S.; BHATIA, M. Level of education and economic development in saarc member countries: a panel data approach. *Man in India*, [s.l.], v. 96, n. 5, p. 1417–26, 2016.

Sobre os autores:

Gabriela Buffon: Doutora em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Professora na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **E-mail:** gabrielabuffon@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-8286-1167>

Mário César Barreto Moraes: Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor no programa de pós-graduação em Administração na Universidade do Estado de Santa Catarina. **E-mail:** mcbmstrategos@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-0760-8444>